Data do Despacho: 21/07/2020

Nome do Requerente: EVANIA CÍNTIAN DE AGUIAR PEREIRA Despacho: Considerando o deferimento do Procurador Regional Eleitoral no requerimento eletrônico RE 264051/2020, por meio do Despacho PRE nº 4.612/2020, determino ao apoio do Gabinete do PGJ que providencie Portaria de indicação do membro substituto para atuar junto à 121ª Zona Eleitoral da Comarca do Cabo de Santo Agostinho.

> PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO Nº 002/2020-CPJ Recife, 21 de julho de 2020

De ordem do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Dirceu Barros, Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça, ficam os Excelentíssimos Senhores Membros daquele Colegiado convidados para participar do treinamento virtual via Google meet, da ferramenta a ser utilizada nas sessões dos Órgãos Colegiados, que retornarão no mês de agosto do corrente.

Os treinamentos serão conduzidos pela STI e pela Secretaria do CPJ, no dia 27 de julho de 2020, através do link meet.google.com/qdm-dhyqbzo (que será encaminhado para o email funcional), com duração de 01 (uma) hora, divididos os Excelentíssimos Procuradores de Justiça em três turmas, conforme abaixo detalhado:

- TURMA 1: Das 14h às 15h

Participantes:

Adalberto Mendes Pinto Vieira Alda Virgínia de Moura Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti Eleonora de Souza Luna Fernando Barros de Lima Janeide de Oliveira Lima João Antonio de Araújo Freitas Henriques José Elias Dubard de Moura Rocha Mário Germano Palha Ramos Nelma Ramos Maciel Quaiotte Paulo Roberto Lapenda Figueiroa Renato da Silva Filho Sineide Maria de Barros Canuto Zulene Santana de Lima Norberto

- TURMA 2: Das 15h às 16h

Participantes:

Adriana Gonçalves Fontes Carlos Roberto Santos Francisco Sales de Albuquerque Gilson Roberto de Melo Barbosa Izabel Cristina Novaes de Souza Santos José Correia de Araújo Jose Lopes de Oliveira Filho Laís Coelho Teixeira Cavalcanti Laíse Tarcila Rosa de Queiroz Luciana Marinho Martins Mota E Albuquerque Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto Marilea De Souza Correia Andrade Norma Mendonça Galvão de Carvalho Sílvio José Menezes Tavares Valdir Barbosa Júnior

- TURMA 3: Das 16h às 17h

Participantes:

Andrea Karla Maranhão Conde Freire Carlos Alberto Pereira Vitório Charles Hamilton dos Santos Lima Christiane Roberta Gomes de Farias Santos Clênio Valença Avelino de Andrade Cristiane de Gusmão Medeiros Geraldo dos Anjos Netto de Mendonça Junior Giani Maria do Monte Santos Lucia de Assis Lucila Varejão Dias Martins Marco Aurélio Farias da Silva Maria da Gloria Gonçalves Santos Ricardo Lapenda Figueiroa Ricardo Van Der Linden de Vasconcellos Coelho Yelena De Fatima Monteiro Araujo

PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA Secretário do Colégio de Procuradores

RESOLUÇÃO CPJ № 04/2020 Recife, 21 de julho de 2020

Ementa: Regulamenta a faculdade de participação nas Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça e Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, no âmbito do Ministério Público de Pernambuco, por videoconferência.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 12, I, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público,

CONSIDERANDO a Resolução do CNMP nº 214/2020, publicada em 15 de junho de 2020, que estabelece no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados, medidas para a retomada dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pelo novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências ; CONSIDERANDO o retorno gradativo das atividades presenciais, conforme a Portaria Conjunta PGJ-CGMP nº 002/2020, publicada no DOE em 14 de julho de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de preservação dos integrantes do grupo de risco, definido no art. 2º da Portaria Conjunta PGJ - CGMP nº 002/2020, que deverão permanecer exercendo suas atividades em regime de teletrabalho;

CONSIDERANDO a existência de membros do Colégio de Procuradores de Justiça, bem como de servidores, estagiários e demais colaboradores que se enquadram no grupo de risco para infecção pelo novo Coronavírus (Covid-19), ou que apresentem situações familiares que venham a implicar restrições decorrentes da pandemia;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar as Sessões dos Órgãos Colegiados do MPPE, conforme o disposto nos art. 15, § 3º e art. 19 da Portaria Conjunta PGJ-CGMP nº 002/2020;

CONSIDERANDO a importância de se buscar mecanismos que garantam a efetiva participação dos integrantes, seja de forma presencial ou não de Membros nas sessões dos Órgãos Colegiados;

CONSIDERANDO a necessidade de serem compatibilizados os vetores de continuidade do serviço público, em particular, das sessões dos órgãos colegiados do MPPE, com a singular situação da saúde pública vivenciada atualmente;

CONSIDERANDO que a participação por videoconferência nas sessões prestigiam os princípios da colegialidade, da continuidade do serviço público, da eficiência, da segurança jurídica, da economicidade e da publicidade;

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

CONSELHO SUPERIOR



CONSIDERANDO a incorporação de sugestões encaminhadas por integrantes do OECPJ, quanto à minuta de Resolução que foi remetida pelo Presidente, para fins de consulta.

CONSIDERANDO que as sessões do Colégio de Procuradores de Justiça e do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça estão suspensas, desde o dia 18 de março de 2020, conforme art. 3º, § 2º da Portaria Conjunta POR-CGMP nº 001/2020, não havendo designações de sessões presenciais até esta data, o que impediu a discussão sobre o conteúdo e a consequente aprovação da presente Resolução, em sessão;

CONSIDERANDO, ainda, que cabe ao Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça a prerrogativa de deliberar sobre assuntos administrativos, nos casos de urgência e relevante interesse, ad referendum, deste Egrégio Órgão Colegiado;

CONSIDERANDO, por fim, a natureza essencial da atividade prestada pelos órgãos colegiados do Ministério Público e a necessidade de se assegurar condições mínimas para sua continuidade, compatibilizando-a com a preservação da vida e saúde de membros, advogados, servidores, demais agentes públicos e cidadãos em geral;

RESOLVE, Ad Referendum, do Colégio de Procuradores de Justiça:

Art. 1º As sessões do Colégio de Procuradores de Justiça e do Órgão Especial, enquanto durarem as restrições decorrentes da pandemia do Covid-19, serão realizadas por videoconferência, cabendo à secretaria, nos prazos regimentais, a convocação dos componentes dos respectivos Colegiados; o envio, por meio eletrônico, das matérias a serem deliberadas e a convocação dos respectivos substitutos, nos casos de suspeições e impedimentos do órgão fracionário, e ainda, a intimação das partes.

§ 1º A plataforma utilizada será o Google Meet e o link para participação da sessão será enviado, por email, pela Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça a todos os convocados, com antecedência mínima de 48 horas da data agendada para a sessão.

§ 2º O material da sessão será disponibilizado na pasta criada no Google drive e enviado pela secretaria para o e-mail funcional aos participantes.

Art. 2º A sustentação oral, nos termos do art. 60 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, deverá ser realizada por videoconferência, nas Sessões do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, atendidas as seguintes condições:

I - inscrição por meio do e-mail oecpj@mppe.mp.br, até 24 horas antes do dia da sessão;

II - utilização da mesma ferramenta a ser adotada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça;

II - Não se aplica a exigência do inciso I ao representante da AMPPE.

Art. 3º Fica dispensado ao participante da sessão por videoconferência o uso de veste talar.

Art. 4º O registro de presença será feito a partir da leitura da lista de presença e também pela confirmação da participação por videoconferência, que constará no extrato da ata da sessão correspondente.

Art. 5º Excetuadas as situações dos artigos supra, aplica-se na íntegra o Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justica à participação nas sessões por meio de videoconferência.

Art. 6° Realizar-se-ão, por e-mail, como regra, todas as intimações e comunicações necessárias, nos procedimentos sob relatorias dos membros destes referidos órgãos colegiados.

Art. 7º A Secretaria de Tecnologia e Inovação prestará todo auxílio e suporte necessários à realização das sessões dos órgãos colegiados.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Dirceu Barros PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DESPACHOS № 127. Recife, 21 de julho de 2020

O EXCELENTÍSSIMO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, DR. ALEXANDRE AUGUSTO BEZERRA, exarou os seguintes despachos:

Número protocolo Interno: 1249 Assunto: Ofício CGMP nº 0328/2020-SP Data do Despacho: 21/07/20

Interessado(a): ...

Despacho: À Secretaria Processual.

Número protocolo Interno: 1250 Assunto: Ofício CGMP nº 0330/2020-SP Data do Despacho: 21/07/20

Interessado(a): ...

Despacho: À Secretaria Processual.

Número protocolo Interno: 1251 Assunto: Solicitação Data do Despacho: 21/07/20

Interessado(a): ...

Despacho: À Secretaria Processual.

Número protocolo Interno: 1252 Assunto: Plano de Trabalho Data do Despacho: 21/07/20

Interessado(a): ..

Despacho: Ciente. Ao Corregedor Auxiliar, para conhecimento e

pronunciamento.

Número protocolo Interno: 1253 Assunto: Escala de Atividade Data do Despacho: 21/07/20

Interessado(a): Edgar José Pessoa Couto

Despacho: Ciente. Anote-se. À Secretaria Técnica, para providências.

Número protocolo Interno: 1254 Assunto: Processo Digital Data do Despacho: 21/07/20

Interessado(a): ...

Despacho: À Secretaria Processual.

Número protocolo Interno: 1255 Assunto: Suspeição Data do Despacho: 21/07/20

Interessado(a): Nara Thamyres Brito Guimarães Alencar

Despacho: Ciente, Arquive-se.

Número protocolo Interno: 1256 Assunto: Ofício CGMP nº 332/2020-SP

Data do Despacho: 21/07/20

Interessado(a): ...

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

DINTOS AUDIOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM UNTOS JURÍDICOS: o Valença Avelino de Andrade

ORREGEDOR-GERAL

EFE DE GABINETE

CONSELHO SUPERIOR

